

INFORMAÇÃO RELATIVA À RESPOSTA AOS CENSOS ATRAVÉS DE FORMULÁRIO ELETRÓNICO

Condições gerais

O Instituto Nacional de Estatística I.P. (INE), para concretizar a sua missão de produção e divulgação de informação estatística oficial, fiável, pertinente e atual, necessita da colaboração dos cidadãos através da resposta aos inquéritos que realiza.

A importância dessa colaboração, e em particular da sua participação na resposta aos Censos, está legalmente reconhecida na Lei n.º 22/2008, de 13 de maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional - SEN) e no Decreto-Lei n.º 136/2012, de 2 de julho (Lei Orgânica do INE). Estes diplomas garantem que o INE, no âmbito das suas atribuições e para a prossecução da sua Missão de interesse público de produção e divulgação de informação estatística oficial, pode efetuar o tratamento de dados pessoais e desenvolve a sua atividade regendo-se pela aplicação criteriosa de princípios como a neutralidade, objetividade, imparcialidade, segredo estatístico e transparência.

A mesma Lei estabelece a obrigatoriedade de resposta aos inquéritos realizados pelo INE e aplica aos dados recolhidos os níveis de garantia conferidos pelo princípio do Segredo Estatístico (artigo 6º da Lei do SEN), o qual se destina a garantir a privacidade dos cidadãos e a confiança no SEN. Este princípio significa que todos os dados de natureza individual recolhidos têm natureza confidencial, não podem ser divulgados a terceiros nem utilizados em finalidades diversas.

A realização dos Censos 2021 - XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação - é objeto de legislação específica, através da Lei n.º 6/2019, de 11 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 54/2019, de 18 de abril.

A confidencialidade e a segurança das respostas pela Internet são garantidas através da utilização de canais de comunicação seguros, recorrendo à encriptação das comunicações (Protocolo de comunicação HTTPS).

O tratamento e validação dos dados recolhidos são igualmente efetuados sob rigoroso controlo da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, de acordo com políticas internas de segurança de informação aplicadas a todos os ativos geridos pelo INE, seguindo as orientações da NP ISO/IEC 27001:2013.

Os dados recolhidos são utilizados exclusivamente para fins estatísticos, sem posterior possibilidade de identificação dos respondentes, não sendo afetados quaisquer direitos, privilégios ou benefícios de um indivíduo ou de uma família.

No contexto da modernização administrativa, o INE coloca à disposição o sistema AUTENTICACAO.GOV, com utilização do Cartão de Cidadão ou da Chave Móvel Digital. Esta forma de autenticação é da exclusiva responsabilidade da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), pelo que os dados solicitados ao utilizador apenas a esta entidade são fornecidos. A autenticação por esta via é facultativa e não dispensa o uso prévio do código e *password* enviados pelo INE para resposta aos Censos.

A autenticação implica a aceitação plena e sem reservas da condição de respondente ao Censos, nos termos previstos na legislação do SEN.

O cidadão será responsável por manter a confidencialidade do seu código e *password*, e pelas atividades que decorram da sua utilização. O INE deverá ser imediatamente notificado caso o cidadão verifique existir uma utilização do seu código e *password* por si não autorizada.

O respondente compromete-se a não prestar informações falsas ou inexatas, bem como a não fazer uma qualquer utilização do sistema que seja abusiva ou contrária à lei.

Em todas as componentes de preparação, execução e divulgação dos Censos, o INE garante o cumprimento das disposições do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, e da Lei 58/2019 de 8 de agosto (Lei de execução do RGPD na ordem jurídica nacional).

Nos termos da legislação relativa aos Censos, o exercício do direito de acesso e retificação pelo titular dos dados pode ser exercido até ao momento da entrega do formulário eletrónico, ou seja, quando o respondente considera finalizada a sua resposta e, desta forma, dá por concluída a sua colaboração através da Internet.

O INE agradece a sua participação nos Censos e sugere a consulta do Portal de estatísticas oficiais e em especial a leitura das políticas do INE, nomeadamente a [“Política de Segurança da Informação”](#), a [“Política de confidencialidade estatística”](#) e a [“Política de privacidade e proteção de dados pessoais”](#).

Para esclarecimentos adicionais, devem ser consultadas as “Perguntas frequentes”.

Lisboa, 05 de março de 2021